

PERSPECTIVA DE COORDENADORES DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) E DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) SOBRE A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)

Autores: MARIA ELIZETE GONÇALVES, KARINE RODRIGUES ARAUJO, MARÍLIA BORBOREMA RODRIGUES CERQUEIRA, MARIA IVANILDE PEREIRA SANTOS, MURILO CÁSSIO XAVIER FAHEL

Perspectiva de coordenadores de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e da Estratégia Saúde da Família (ESF) sobre a Atenção Primária à Saúde (APS)

Introdução

Do ponto de vista conceitual, a atenção primária à saúde (APS) é uma forma de organização dos serviços de saúde que responde a um modelo assistencial, que busca integrar todos os aspectos desses serviços, tendo por perspectiva as necessidades de saúde da população. Por meio da APS busca-se proporcionar equilíbrio entre as duas metas do sistema nacional de saúde: melhorar a saúde da população e proporcionar equidade na distribuição de recursos nessa área (STARFIELD, 2002).

No Brasil, a principal estratégia para a organização e qualificação da atenção primária à saúde tem sido a Estratégia Saúde da Família (ESF), que é considerada pelo Ministério da Saúde e por gestores estaduais e municipais como uma estratégia que possibilita a integração e promoção da organização das atividades em um território definido, com o propósito de propiciar o enfrentamento e resolução dos problemas identificados. Além do mais, a ESF tem sido considerada como uma estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção primária e como uma forma de ampliar a resolubilidade e o impacto das ações de saúde sobre as pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade (BRASIL, 1997).

A organização da atenção primária à saúde por meio da ESF propõe que a atenção à saúde centre-se na família, entendida e percebida a partir de seu ambiente físico e social, o que leva os profissionais da área a entrar em contato com as condições de vida e saúde da população, permitindo-lhe uma compreensão ampliada do processo saúde-doença e das suas necessidades (OLIVEIRA; PEREIRA, 2013). Para tanto, os profissionais que atuam na APS deverão compreender as suas dimensões, bem como deverão integralizar as suas proposições, com vistas a torná-la mais efetiva.

Este estudo faz parte de uma pesquisa financiada pela FAPEMIG. Seu objetivo foi conhecer a percepção de coordenadores de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e da Estratégia Saúde da Família, de dois municípios (Belo Horizonte e Montes Claros) com características e porte distintos, sobre a atenção primária à saúde.

Material e métodos



As unidades de observação e análise são as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a Estratégia Saúde da Família (ESF), dos municípios de Montes Claros e de Belo Horizonte, por meio dos serviços de atenção primária à saúde nelas ofertados. Os sujeitos do estudo foram os coordenadores de UBS e os coordenadores da ESF dos municípios de Belo Horizonte e Montes Claros. Trata-se de uma amostra intencional não probabilística. Participaram do estudo 113 coordenadores da APS, sendo 77 de ESF e 36 de UBS. Por meio dos procedimentos metodológicos, buscou-se captar a percepção de coordenadores tanto de UBS quanto da ESF em relação à atenção primária à saúde em seus municípios.

Para a realização da pesquisa utilizou-se a técnica de *surveys*. A pesquisa de *survey* pode ser descrita como uma ferramenta de obtenção de dados ou informações sobre as características (comportamento, valores, ideias, etc.) de uma amostra da população de interesse, por meio de um questionário. Os *surveys* foram aplicados nos meses de janeiro e março de 2015, sendo os de Belo Horizonte operacionalizados por meio da plataforma *Google Drive* e os do município de Montes Claros aplicados *in loco*.

As variáveis de interesse que compuseram o questionário foram relativas à APS, abordando os seguintes aspectos: i) percepção do coordenador em relação à capacidade da UBS (capacidade de atender a demanda e de encaminhar a outros níveis de atenção) e; ii) percepção em relação a alguns aspectos importantes para a melhoria da resolubilidade da APS (recursos humanos, investimentos na oferta de serviços de APS, exames diagnóstico).

Resultados e discussão

Tendo em vista que a qualidade da APS está relacionada à sua capacidade de atender as demandas, bem como à capacidade de encaminhamento dos casos que necessitam de atendimento mais especializado a outros níveis de atenção, os coordenadores foram instigados a manifestarem suas percepções em relação a esta questão. Dentre os coordenadores da APS que atuam no município de Montes Claros cerca de 48% consideram essa capacidade como boa ou ótima, enquanto mais da metade consideram-na regular, ruim ou péssima. Entre os coordenadores que atuam no município de Belo Horizonte, aproximadamente 67% consideram boa ou ótima a capacidade da APS de atender a demanda e de fazer encaminhamentos, enquanto cerca de 31% a consideram como regular, ruim ou péssima. Sobre esta questão, estudos apontam que a provisão adequada de serviços de atenção primária à saúde e o acesso aos serviços especializados, também usualmente referidos como de média/alta complexidade, apresentam-se como uma dificuldade em vários municípios brasileiros, tendo em vista as questões gerenciais envolvidas que incluem a força de trabalho, os custos destes procedimentos e a densidade tecnológica exigida. Além do mais, é pertinente pontuar que uma parcela da demanda assistencial encaminhada à atenção de média/alta complexidade ocorre devido à baixa resolatividade na APS, situação infelizmente ainda comum em vários municípios brasileiros, independentemente de seu porte populacional (AGUILERA et al, 2013), o que gera uma interrupção nas linhas de cuidado, revelando a fragmentação ou inexistência de rede de saúde (MENDES, 2010).

Analisou-se a percepção dos entrevistados sobre alguns aspectos avaliados como importantes para a melhoria da resolubilidade da APS: recursos humanos, investimentos na oferta, serviços de média e alta complexidade e realização de exames diagnóstico. Aproximadamente 67% dos coordenadores de Belo Horizonte e 56% dos de Montes Claros percebem como alta ou muito alta a necessidade de ampliar a quantidade dos recursos humanos que atuam na atenção primária, como forma de melhorar a resolubilidade da mesma. Metade dos coordenadores de Belo Horizonte e quase metade (48,05%) dos de Montes Claros consideram alta ou muito alta a necessidade de investimentos na oferta destes serviços para torná-los mais resolutivos. É importante destacar que estes serviços referem-se a consultas médicas, curativos, tratamento odontológico, vacinas, ações educativas, coleta de exames laboratoriais, dentre outros. O acesso aos outros níveis de saúde, ou seja, à média e à alta complexidade também é considerado um aspecto relevante para a melhoria dos resultados da UBS. Um percentual expressivo de entrevistados (quase 70%) de Belo Horizonte o avaliou como no mínimo de alta importância, sendo esse percentual igual a 53,3% entre os entrevistados de Montes Claros. Quanto ao item exames diagnósticos, um percentual significativo (quase 64% dos coordenadores de Belo Horizonte e 61% dos de Montes Claros) tem a percepção de que é alta ou muito alta a necessidade de ampliação do acesso a estes exames na APS para que ela se torne mais resolutiva. Chama a atenção o fato dos coordenadores da APS no município de maior porte (Belo Horizonte) destacarem mais a alta necessidade para todos estes aspectos, em relação ao município de menor porte (Montes Claros). A este respeito, estudos apontam que a resolatividade dos serviços no modelo hierarquizado por níveis de atenção pode ser avaliada por dois aspectos: um interno ao nível primário da atenção que consiste na capacidade de atender à demanda e encaminhar os casos que necessitam de atendimento mais especializado aos outros níveis de atenção; e outro mais geral, dentro do sistema de saúde, que se estende desde a consulta inicial do



usuário no serviço de atenção primária à saúde até a solução do problema em outros níveis de atenção à saúde (TURRINI, LEBRÃO E CÉSAR, 2008). Neste estudo, os coordenadores da APS externaram as suas percepções sobre estes dois aspectos da resolubilidade, uma vez que opinaram sobre o aspecto interno ao nível primário (recursos humanos, investimentos na oferta de serviços de APS) e também sobre os aspectos mais gerais do sistema de saúde (disponibilidade de exames diagnóstico, acesso aos níveis de média e alta complexidade).

Considerações finais

O estudo aponta para diferenciais de percepção dos entrevistados sobre a APS, de acordo com o porte do município. Entretanto, revela que para todos os quesitos analisados (recursos humanos, investimentos na oferta, serviços de média e alta complexidade e realização de exames diagnóstico), a necessidade de melhoria, tendo em vista a resolutividade, é mais apontada entre os coordenadores do município de maior porte (Belo Horizonte). Conclui-se que as opiniões de sujeitos que vivenciam o cotidiano da APS (neste caso, os coordenadores das UBS e ESF) podem contribuir para a definição de critérios para sua melhoria, tendo em vista às necessidades de saúde da população de cada localidade.

Agradecimentos

À FAPEMIG, pelo financiamento da pesquisa que deu origem a este artigo.

Referências bibliográficas

Aguilera, S.L.V.U; França, B.H.S; Moysés, S.T; Moysés, S.J. Articulação entre os níveis de atenção dos serviços de saúde na região Metropolitana de Curitiba: Desafios para os gestores. **Rev.Adm.Pública**. Rio de Janeiro, 47 (4): 1021-39, jul/ago.2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília. Ministério da Saúde, 1997.

MENDES, E.V. As Redes de Atenção à Saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, p. 2297-2305, 2010

OLIVEIRA, M.A.C; PEREIRA, I.C. Atributos essenciais da Atenção primária e a Estratégia Saúde da Família. **Rev Bras Enferm.**66(esp), 2013.

STARFIELD, B. **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=14609>. Acesso em: 05 out. 2017. [Links]

TURRINI, R.N.T.; LEBRÃO, M.L.; CÉSAR, L.G.. Resolutividade dos serviços de saúde por inquérito domiciliar: percepção do usuário. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(3):663-674, mar., 2008.